

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA**

Secretaria de Município de Planejamento  
Superintendência de Compras e Licitações



**PREGÃO ELETRÔNICO N° 49/2025  
(90049/2025 Compras.gov.br)**

**CONTRATANTE**

**UASG 988841 - Prefeitura Municipal de Santa Maria**

**OBJETO**

Contratação referente à prestação de serviços especializados, contínuos e comuns de Engenharia de manutenção predial, corretiva e preventiva, para os imóveis próprios e locados, sob responsabilidade da Secretaria de Município da Saúde, com fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 929.730,48**

**DATA E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia 16/07/2025 às 08h30min (horário de Brasília), no endereço eletrônico:  
<https://www.gov.br/compras/pt-br>**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço

**MODO DE DISPUTA:**

Aberto

**EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS:**

Não

**INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA DE VALORES ENTRE LANCES:**

R\$ 250,00

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N° 49/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 259/2025**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Santa Maria, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, sediada na Rua Venâncio Aires, n° 2277, Centro, Santa Maria-RS, realizará licitação, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, nos termos da Lei n° 14.133, de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é a contratação referente à prestação de serviços especializados, contínuos e comuns de Engenharia de manutenção predial, corretiva e preventiva, para os imóveis próprios e locados, sob responsabilidade da Secretaria de Município da Saúde, com fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço.
- 1.3. O regime de execução é o de contratação por tarefa.
- 1.4. Não será admitida a subcontratação do objeto.
- 1.5. As especificações da contratação estão indicadas no Termo de Referência.

**2. DA PARTICIPAÇÃO**

- 2.1. Poderão participar desta licitação quaisquer interessados que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e, que satisfaçam as condições deste Edital.

**2.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados anteriormente e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação da empresa participante.

- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos na Lei Complementar n° 123, de 2006 e no Decreto n° 8.538, de 2015.

**2.5.1.** A obtenção do benefício às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, fica limitado às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.

**2.6.** Não poderá participar desta licitação:

**2.6.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos.

**2.6.2.** O autor do Anteprojeto, do Projeto Básico ou do Projeto Executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela relacionados.

**2.6.2.1.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor do Anteprojeto, do Projeto Básico ou do Projeto Executivo poderá participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.6.2.2.** O disposto anteriormente, não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da Contratada, a elaboração do Projeto Básico e do Projeto Executivo, nas contratações integradas, e do Projeto Executivo, nos demais regimes de execução.

**2.6.3.** A empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Projeto Básico ou do Projeto Executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

**2.6.3.1.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, a empresa responsável pela elaboração do Projeto Básico ou do Projeto Executivo, poderá participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.6.3.2.** O disposto anteriormente, não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da Contratada, a elaboração do Projeto Básico e do Projeto Executivo, nas contratações integradas, e do Projeto Executivo, nos demais regimes de execução.

**2.6.3.3.** Equiparam-se aos autores do projeto, as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.6.4.** Pessoa, física ou jurídica, que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

**2.6.4.1.** O impedimento disposto acima, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.6.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**2.6.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

**2.6.7.** Empresas consorciadas.

**2.6.8.** Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**2.6.9.** Agente público do órgão ou entidade licitante.

**2.6.9.1.** A vedação acima, estende-se a terceiro que auxilie na condução da contratação na qualidade de integrante de Equipe de Apoio, profissional especializado/funcionário/representante de empresa que preste assessoria técnica.

**2.6.9.2.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do Art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.6.10.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar, pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.2.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.3.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na formada lei, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo.

**3.3.2.** Cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

**3.3.3.** Inexiste impedimento à sua habilitação e comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

**3.3.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.3.5.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição.

**3.3.6.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal.

**3.3.7.** Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

**3.3.8.** Está ciente em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**3.4.** O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006,

estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do Art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.4.1.** A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

**3.5.** A falsidade da declaração de que tratam os itens 3.3 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.6.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.9.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.9.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.9.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.9.3.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

**3.9.4.** O valor final mínimo parametrizado, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.10.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.11.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA INICIAL NO SISTEMA ELETRÔNICO**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do campo “Valor Global”.

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.3.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto.

**4.6.** A apresentação de proposta implica obrigatoriedade no cumprimento das disposições nela contida, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente, o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.7.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações.

**4.8.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.9.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte das Contratadas, pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do Art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E NEGOCIAÇÃO**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**5.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

**5.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital, contendo cada lance no máximo 02 (duas) casas decimais, relativas à parte dos centavos, sob pena de exclusão do lance.

**5.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser o indicado no sistema eletrônico.

**5.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**5.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**5.11.** Como foi adotado o modo de disputa “aberto” para o envio de lances na licitação, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



**5.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**5.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**5.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**5.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**5.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.18.** Em relação ao grupo/lote não exclusivos para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**5.18.1.** Nessas condições, as propostas de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.18.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.18.3.** Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.18.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.19.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais.

**5.19.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**5.19.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

**5.19.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas nesta Lei.

**5.19.1.3.** Desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

**5.19.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.19.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.19.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado em que se localiza o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal.

**5.19.2.2.** Empresas brasileiras.

**5.19.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

**5.19.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.19.3.** Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate anteriores, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo. (IN SEGES/MGI nº 79, de 2024)

**5.20.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

**5.20.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.20.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.20.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

## **6. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, primeiramente, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no Art. 14 da Lei nº



14.133/2021, legislação correlata e no Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF.

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

**6.1.1.** Para a licitante pessoa jurídica, poderá haver a substituição das consultas das alíneas b, c e d acima, pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU. (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

**6.1.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o Art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**6.1.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 03/2018, Art. 29, caput)

**6.1.4.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 03/2018, Art. 29, §1º)

**6.1.5.** O licitante será convocado para manifestação, previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 03/2018, Art. 29, §2º)

**6.1.6.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.2.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às Microempresas/Empresas de Pequeno Porte, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste Edital.

**6.3.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto aos custos unitários relevantes, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

**6.4.** Em se tratando de licitação de serviço de Engenharia, após o julgamento inicial, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, a Planilha de Custos e Formação de Preços, com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora.

**6.5.** O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos seguintes documentos:

**6.5.1. Carta Proposta**, devidamente datada e **assinada pelo representante legal da empresa**, conforme Modelo **ANEXO II**, contendo:

a) Os preços unitários e global propostos, em reais, com duas casas decimais, expresso em algarismos, em moeda nacional e, de preferência, por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência.

b) Nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone, endereço eletrônico (e-mail) e nome do representante da empresa que firmará contrato com a administração.

c) Validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

d) Declaração informando o enquadramento sindical do licitante, relacionando qual a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta, acompanhada de cópia da carta ou do registro sindical do sindicato ao qual o licitante declara ser enquadrado.

e) Declaração de que é responsabilidade do licitante a veracidade das informações prestadas, assumindo a responsabilidade integral por eventuais erros no enquadramento sindical ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, sujeitando-se às sanções previstas no Art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**6.5.2. Planilha de Custos e Formação de Preços**, com preços expressos em reais, com duas casas decimais, assinada pelo representante legal da empresa, considerando o Modelo **ANEXO V**, acompanhada de cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante e que embasou o valor global ofertado.

**6.6.** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.7.** As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, estar em conformidade com o ato convocatório e conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando:

a) Os preços unitários, o valor mensal e o valor global da proposta.

b) Os custos decorrentes da execução contratual, mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços - **ANEXO V**.

c) A indicação dos sindicatos, Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas-bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

d) A quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

e) Os adicionais de insalubridade e periculosidade deverão seguir os percentuais previstos na Planilhas de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração e posteriormente, no prazo de 60 (sessenta) dias após assinatura do contrato, protocolar junto à fiscalização administrativa do contrato, Laudo Pericial, emitido por profissional integrante do SESMT - Serviço Especializado em Medicina e Segurança do Trabalho da Contratada, confirmando, alterando ou excluindo os respectivos percentuais previstos na proposta apresentada.

**6.8.** Quando, na Carta Proposta, for indicado Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo diferente do utilizado como paradigma, será verificado se as previsões deste Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo, estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços.

**6.8.1.** Neste caso, deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

**6.9.** A Contratada não poderá se beneficiar da condição de Optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º - C do Art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**6.10.** Para fins de composição de preços, o licitante que possui regime de incidência não-cumulativa de PIS e de COFINS (lucro real) deverá apresentar a apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais deste tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no Art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços

contratados reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação (Nota Técnica 01/2007 - SCI e Acórdão TCU - 2622/2013 - Plenário).

**6.11.** Será desclassificada a proposta que:

**6.11.1.** Contiver vícios insanáveis.

**6.11.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

**6.11.3.** Após a fase de negociação, apresentar preço global final (preço anual) superior ao preço máximo fixado pelo Município.

**6.11.4.** Não que não adotem, na Planilha de Custos e Formação de Preços, valor igual ou superior ao orçado pela Administração, que corresponderá à soma do salário e do auxílio-alimentação.

**6.11.5.** Apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

**6.11.6.** Apresentarem preços das propostas incompatíveis com os custos dos encargos sociais e trabalhistas, podendo ser rejeitada por inexecuibilidade.

**6.11.7.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

**6.11.8.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.12.** Em contratação de obras e serviços de Engenharia, além das disposições acima, a análise de sobrepreço e exequibilidade considerará o seguinte:

**6.12.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

**6.12.2.** No caso de obras e serviços de Engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

**6.12.3.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.12.4.** A inexecuibilidade só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.12.5.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a lei.

**6.13.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema (mínimo de 02 (duas) horas), desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**6.13.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**6.13.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.14.** Para fins de análise da proposta, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**6.15.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**6.16.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital.

## **7. DA HABILITAÇÃO**

**7.1.** Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos Arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**7.1.2.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**7.1.3.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação da licitante.

**7.1.4.** Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas.

**7.1.5.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**7.1.6.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.1.7.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.2.** Para verificação da **HABILITAÇÃO JURÍDICA** deverá ser apresentado Contrato Social, Registro Comercial, Ato Constitutivo ou Estatuto, em vigor, devidamente registrado.

**7.2.1.** Quando se tratar de sociedades por ações, apresentar documentos da eleição de seus administradores.

**7.2.2.** Quando se tratar de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, apresentar Decreto de autorização, e, quando a atividade assim o exigir, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

**7.3.** Para verificação da **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** deverá ser apresentado:

**7.3.1.** Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

**7.3.2.** Inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**7.3.3.** Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

**7.3.4.** Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

**7.3.5.** Regularidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

**7.3.6.** Declaração sobre o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

**7.4.** Para verificação da **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** deverá ser apresentada:

**7.4.1.** Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

**7.4.2.** Balanço patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa para atender plenamente o objeto. Os demonstrativos citados deverão estar adequados às seguintes propriedades:

**7.4.2.1.** Quanto à sua finalidade: os demonstrativos exigidos, devem possibilitar a apuração e avaliação de Índices de Liquidez e Solvência do licitante, devendo ser compostos, no mínimo, pelo Balanço Patrimonial e pela Demonstração do Resultado do Exercício.

**7.4.2.2.** Quanto à sua forma: devem estar adequados à legislação vigente, incluindo-se as Normas Brasileiras de Contabilidade; contendo informação comparativa do exercício imediatamente anterior, Termos de Abertura e Encerramento; adicionando-se, no caso de Escrituração Contábil Digital (ECD), o Recibo de Entrega.

**7.4.2.3.** Quanto à sua legitimidade: deverá ser comprovado seu registro junto aos órgãos legalmente instituídos para tal fim, como Junta Comercial Estadual ou Cartório de Notas, bem como a Receita Federal do Brasil; de acordo com as regras que enquadrem suas características societárias e/ou fiscais.

**7.4.2.4.** Quando à sua tempestividade: em caso de empresas que não tenham apurado o resultado de seu primeiro ano de atividade, deverá ser apresentada cópia autenticada do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial ou órgão competente.

**7.4.3.** Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 01 (um) e extraídos do último Balanço do Exercício, resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

**7.4.3.1.** Caso o memorial de cálculo não seja apresentado, o Pregoeiro, através da Equipe de Apoio, reserva-se o direito de efetuar os cálculos.

**7.4.4.** Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social.



**7.4.5.** Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

**7.4.6.** Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme Modelo **ANEXO III**, de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao seu patrimônio líquido referente ao último exercício social, o qual poderá ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, observados os seguintes requisitos:

**7.4.6.1.** A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

**7.4.6.2.** Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

**7.5.** Para verificação da **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** deverá ser apresentado:

**7.5.1.** Certidão de Registro da Pessoa Jurídica, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho Profissional competente, que exija tal inscrição, da região da sede da empresa.

**7.5.2.** Certidão de Registro Profissional, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho Profissional competente, de profissional (Engenheiro Civil, Arquiteto e Urbanista ou outro legalmente habilitado) designado para ser o responsável técnico pelo serviço, devendo comprovar seu vínculo com a empresa da seguinte forma:

a) Em se tratando de sócio(s) da empresa, por intermédio da apresentação do contrato social ou documento equivalente.

b) No caso de empregado(s), mediante cópia da(s) Carteira(s) de Trabalho devidamente registrada(s).

c) No caso de contrato de prestação de serviços, mediante cópia do contrato com firma reconhecida ou registro no órgão competente ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor.

d) Em qualquer caso, pela certidão de registro do licitante (pessoa jurídica) no Conselho Profissional competente, se nela constar o nome do profissional designado.

**7.5.3.** Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deverá atestar, sob pena de inabilitação, que conhece os locais e as condições de realização dos serviços, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

**7.5.3.1.** Caso o licitante optar por realizar a vistoria prévia, será disponibilizado pela Administração, data e horário exclusivos para visita, a ser agendada até um dia antes da data de abertura da licitação, pelo telefone (055) 3174-1562, com a Engenheira Civil Luiza Vargas Eichelberger, ou por representante deste Órgão, designado para esse fim, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

**7.5.3.2.** Caso o licitante optar por realizar a vistoria prévia, deverá apresentar declaração assinada pelo seu **representa legal ou responsável técnico** acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme declaração Modelo **ANEXO IV-A**.



**7.5.3.3.** Caso o licitante optar por não realizar vistoria prévia, poderá substituir a declaração exigida anteriormente, por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme Modelo **ANEXO IV-B**.

**7.5.4.** Declaração de que o licitante possui e manterá, ou instalará, escritório em Santa Maria-RS, ou em um raio máximo de até 12 km, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

**7.5.5.** Comprovação de **Capacidade Técnico Profissional**, em nome do responsável técnico da empresa, através de Atestado, comprovando ter o mesmo executado serviços com características semelhantes à manutenção predial.

**7.5.6.** Comprovação de Capacidade Técnico Operacional, em nome da empresa licitante, através de Certidão, regularmente emitida pelo conselho profissional competente (Certidão de Acervo Operacional - CAO, no caso do CREA) ou Atestado, comprovando que gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com manutenção predial, por um prazo mínimo de 03 (três) anos.

**7.5.6.1.** É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata o subitem anterior, não havendo obrigatoriedade de os 03 (três) anos serem ininterruptos, conforme item 10.6.1 do Anexo VII-A da IN SEGES nº 05/2017.

**7.5.6.2.** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES nº 05/2017.

**7.5.6.3.** Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, conforme item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES nº 05/2017.

**7.5.6.4.** A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, fornecendo, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES nº 05/2017.

**7.6.** Para as empresas estrangeiras que não funcionam no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**7.6.1.** Na hipótese da empresa estrangeira que não funciona no País ser a vencedora, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**7.7.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente ou por cópia simples.

**7.7.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**7.8.** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhe eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.9.** A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.10.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**7.10.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação.

**7.10.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**7.11.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação. (Art. 4º do Decreto nº 8.538/2015)

**7.12.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**7.13.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda às especificações do objeto e empresa que atenda às condições de habilitação.

**7.14.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será habilitado.

## **8. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO**

**8.1.** Encerradas a etapa de julgamento da proposta e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no Art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado um Contrato entre as partes.

**8.3.** O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**8.3.1.** O prazo previsto no item anterior, poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**8.4.** O prazo de vigência da contratação será estabelecido no Contrato.

## **9. DOS RECURSOS**

**9.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.2.** O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**9.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:

**9.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

**9.3.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**9.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**9.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**9.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**9.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**9.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o fornecedor que, com dolo ou culpa:

**10.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro.

**10.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva, ou
- d) Apresentar proposta em desacordo com as especificações.

**10.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

**10.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

**10.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a licitação.

**10.1.5.** Fraudar a licitação.

**10.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando induzir, deliberadamente, a erro no julgamento.

**10.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

**10.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**10.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**10.2.1.** Advertência.

**10.2.2.** Multa.

**10.2.3.** Impedimento de licitar e contratar; e

**10.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**10.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**10.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.

**10.3.2.** As peculiaridades do caso concreto.

**10.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

**10.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

**10.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de Programa de Integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.4.** A multa será recolhida conforme contrato e no prazo estabelecido, a contar da comunicação oficial.

**10.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**10.6.** Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**10.7.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garanta prestada ou será cobrada judicialmente.

**10.8.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo estabelecido, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**10.9.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 0, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

**10.10.** Poderá ser aplicada ao responsável, a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 0, 10.1.5, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 0, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no Art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

**10.11.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do Art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

**10.12.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**10.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.14.** Caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**10.15.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**10.16.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**10.17.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**10.18.** A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**10.19.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**10.20.** Os débitos da Contratada para com o Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**10.21.** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**11.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**11.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**11.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, para o e-mail [licitacoesobras@santamaria.rs.gov.br](mailto:licitacoesobras@santamaria.rs.gov.br).

**11.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**11.5.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**11.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**12.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

**12.3.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**12.4.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Edital, deverá ser atendido o prazo indicado pelo Agente de Contratação na respectiva notificação.

**12.5.** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema e na documentação relativa ao procedimento.

**12.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**12.7.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**12.8.** As normas disciplinadoras deste Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o Princípio da Isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**12.9.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**12.10.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**12.11.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**12.12.** Este Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico [www.santamaria.gov.br/licitacoes](http://www.santamaria.gov.br/licitacoes).

**12.13.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I** - Minuta de Contrato

**ANEXO II** - Modelo de Carta Proposta.

**ANEXO III** - Modelo de Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública.

**ANEXO IV** - Modelo de Declaração de conhecimento das condições da contratação.

**ANEXO V** - Termo de Referência e Planilha de Custos e Formação de Preços.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA**

Secretaria de Município de Planejamento  
Superintendência de Compras e Licitações



Santa Maria-RS, 26 de junho de 2025.

---

Diane Schmidt  
Pregoeira

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA**

Secretaria de Município de Planejamento  
Superintendência de Compras e Licitações



### **ANEXO I**

#### **MINUTA DE CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2025, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA E A EMPRESA \_\_\_\_\_, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, CORRETIVA E PREVENTIVA, PARA OS IMÓVEIS PRÓPRIOS E LOCADOS, SOB RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA SAÚDE - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2025.**

#### **PREÂMBULO**

O município de Santa Maria, neste ato denominado Contratante, com sede na Rua Venâncio Aires, nº 2277, Bairro Centro, Santa Maria-RS, inscrito no CNPJ nº 88.488.366/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Rodrigo Decimo, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, estabelecida na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_-UF, Fone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, e-mail institucional oficial \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente Contratada, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por procuração/Contrato Social, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente da Pregão Eletrônico nº 49/2025 - Processo licitatório nº 259/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

§1.º O objeto do presente instrumento é a contratação referente à prestação de serviços especializados, contínuos e comuns de Engenharia de manutenção predial, corretiva e preventiva, para os imóveis próprios e locados, sob responsabilidade da Secretaria de Município da Saúde, com fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

§2.º Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: o Edital de licitação e seus Anexos, o Termo de Referência, a Proposta da Contratada e eventuais anexos dos documentos supracitados.

§3.º A lavratura do presente contrato decorre da realização de Pregão, realizado com fundamento no Art. 29 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§4.º O regime de execução é o de contratação por tarefa.

§5.º As notas fiscais emitidas pela Contratada serão de prestação de serviço de manutenção predial e deverão ser especificados individualmente os valores relativos ao material e a mão de obra.

§6.º A presente contratação abrange exclusivamente a realização de serviços de conserto, instalação, adaptação, conservação, reparação e manutenção, sendo expressamente vedada a realização de obras e reformas.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO**

§1.º O preço global para a execução do objeto deste contrato é de **R\$ \_\_\_\_\_** (\_\_\_\_\_), conforme constante na Proposta da Contratada, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do objeto deste contrato.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA**

Secretaria de Município de Planejamento  
Superintendência de Compras e Licitações



Quant.	Unid.	Descrição		Valor Total Mensal	Valor Total Anual
1	SV	Prestação de serviços especializados, contínuos e comuns de Engenharia de manutenção predial, corretiva e preventiva, para os imóveis próprios e locados, sob responsabilidade da Secretaria de Município da Saúde, com fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos, conforme endereços e especificações detalhados no Termo de Referência.	Mão de obra (Parcela fixa)		
			Materiais (Parcela variável)		
			Serviços Extraordinários (Parcela variável)		
Total					

§2.º No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE EXECUÇÃO**

§1.º O prazo contratual será de **12 (doze) meses consecutivos** contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço.

§2.º O prazo de execução inicia em 15 (quinze) dias, a contar da Ordem de Serviço.

§3.º O contrato poderá ser prorrogado até o limite legal de 10 (dez) anos, com base nos Artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133 de 2021.

§4.º Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da Contratada:

- a) Ficará a Contratada constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração, optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a não continuidade da execução contratual.

**CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA DO CONTRATO**

§1.º O prazo de vigência inicia na data de assinatura do contrato e termina na conclusão do objeto, formalmente representada pela data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo do contrato.

§2.º O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

**CLÁUSULA QUINTA - ASSINATURA DA ORDEM DE SERVIÇO**

§1.º A empresa vencedora deverá apresentar os seguintes documentos antes da assinatura da Ordem de Serviço:

- a) Relação de pessoal disponível para a realização do objeto, com nome e qualificação de cada membro da equipe de manutenção que realizará os serviços.
- b) Relação dos equipamentos adequados e disponíveis para a realização do objeto, indicando o estado de conservação e a condição de disponibilidade. Em caso de locação, deverá indicar o nome de quem será o locador de cada equipamento, e apresentar declaração assinada indicando a devida concordância do responsável pela mesma.

c) Certidão de Registro da Pessoa Jurídica, vistado ou registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul - CREA-RS, caso a Contratada seja vinculada a este conselho de classe e possua registro originário em outro estado, em atendimento ao Art. 14 da Resolução nº 1121/2021-CONFEA.

d) Certidão de Registro Profissional, vistado ou registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul - CREA-RS, caso o(s) responsável(is) técnico(s) pelo serviço seja(m) vinculado(s) a este conselho de classe e possua registro originário em outro estado, em atendimento ao §3º do Art. 14 da Resolução nº 1121/2021-CONFEA.

e) Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica referente à execução dos serviços.

f) Certificado válido de participação no curso sobre a Norma Regulamentadora NR 10 do Ministério do Trabalho e Emprego: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, para o posto de Eletricista.

g) Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, elaborado pela Contratada e acompanhado das respectivas Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica das atividades de elaboração e de execução do Plano.

§2.º O Contratante deverá possuir Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica referente à fiscalização dos serviços, antes da assinatura da Ordem de Serviço.

#### **CLÁUSULA SEXTA - GESTÃO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL**

§1.º Os resíduos sólidos de construção civil gerados deverão ser destinados conforme Resolução CONAMA nº 307/2002 de 05 de julho de 2002, Decreto Executivo nº 146/2009, de 29 de outubro de 2009 e demais legislações correlatas.

§2.º O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.

§3.º Nos termos dos Art. 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05.07.2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

a) Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

b) Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

c) Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

d) Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

§4.º Em nenhuma hipótese, a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

§5.º Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a Contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos - CTR, em conformidade com a legislação municipal e normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

§6.º Nos termos do Art. 4º, §3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19.01.2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

§1.º Os procedimentos e descrição dos serviços, horários, equipe a ser empregada e locais das prestações dos serviços estão detalhados no Termo de Referência.

§2.º A Contratada fornecerá equipe de manutenção com dedicação exclusiva a este contrato e, a critério do Contratante, materiais, equipamentos, ferramentas, peças, acessórios e componentes necessários aos serviços de manutenção predial.

§3.º Os materiais a serem fornecidos deverão ser novos e de primeira qualidade em adequação com as características dos serviços a executar e com garantia de utilização. Em caso de não aceitação dos mesmos, eles deverão ser substituídos por outros com qualidade superior.

§4.º A fiscalização técnica, previamente à execução dos serviços, fará a aprovação da marca e modelo dos materiais.

§5.º A fiscalização técnica poderá exigir amostras, análises, ensaios e demais provas tecnológicas ou o que se faça necessário para verificação da qualidade dos materiais.

§6.º A Contratada deverá emitir, mensalmente, relatórios técnicos dos serviços executados e peças substituídas, mencionando a situação dos equipamentos, as ocorrências verificadas no período, assim como as providências adotadas na execução dos serviços, contendo inclusive, a relação das peças substituídas, as quais deverão ser obrigatoriamente originais ou de primeira linha e a rotina de trabalho empregado (manutenção preventiva e corretiva). O relatório deverá ser assinado pelo responsável técnico pelos serviços e, entregue juntamente com a apresentação da Nota Fiscal.

§7.º Os equipamentos e ferramentas a serem utilizados deverão estar em condições de uso e atender as normas de segurança do trabalho.

§8.º A Contratada deverá identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade.

§9.º O transporte dos materiais, empregados, equipamentos e ferramentas até o local da prestação dos serviços ficará a cargo da Contratada, em veículo apropriado, sendo de sua responsabilidade a manutenção e os custos de operação deste veículo.

§10.º A Contratada deverá possuir um SGI - Sistema de Gestão Integrado, onde seja possível manter os registros de manutenções preventivas e corretivas, além de histórico de custos aplicados a cada manutenção, atendendo as demais especificações do Termo de Referência.

§11.º Está previsto valor estimativo mensal para realização de serviços extraordinários fora do horário estabelecido.

§12.º Quando constar o caráter de urgência na Ordem de Serviço (quando a não execução dos serviços compromete a integridade dos usuários e das edificações ou acarreta o impedimento das atividades normais em alguma das instalações), a Contratada terá o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar-se ao local de execução do mesmo.

§13.º Quando constar o caráter de emergência na Ordem de Serviço (serviços imprescindíveis para eliminar os riscos de vida dos transeuntes, servidores e comunidade em geral), a Contratada deverá executar os serviços de forma imediata.

#### **CLÁUSULA OITAVA - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

§1.º Durante a vigência do contrato, a execução e a qualidade dos serviços serão acompanhadas e fiscalizadas por servidores designados para esse fim, representando o Contratante.

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA**

Secretaria de Município de Planejamento  
Superintendência de Compras e Licitações



§2.º A Administração Pública Municipal, por meio de ato administrativo, designará os servidores como Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Gestor do Contrato, conforme requisitos estabelecidos no Art. 7º da Lei nº 14.113, de 2021 e Art. 15 a 20 do Decreto Executivo nº 124, de 1º de dezembro de 2023.

§3.º Os servidores designados à fiscalização técnica e administrativa e gestão do contrato, deverão encaminhar cópia do ato administrativo de sua nomeação para o Setor de Contratos da Secretaria de Município de Planejamento e Administração, em até 05 (cinco) dias da data de sua emissão.

§4.º A fiscalização seguirá as determinações do Termo de Referência (itens 20, 21, 22, 23 e 24) e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§5.º A fiscalização informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§6.º A fiscalização será auxiliada pelos órgãos de assessoramento jurídico e de Controle Interno da Administração Pública Municipal, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

§7.º A Contratada deverá manter preposto aceito pela Administração no local dos serviços para representá-la na execução do contrato.

§8.º A Contratada designa como seu responsável técnico o \_\_\_\_\_ (habilitação/nome), Registro/Carteira nº \_\_\_\_\_, assegurando, sob pena de responsabilidade, que o mesmo preenche as condições necessárias para a execução do objeto.

§9.º Deverão ser promovidas formas de fiscalização da prestadora de serviços durante o contrato, por meio de manuais de procedimentos específicos ao objeto licitado.

### **CLÁUSULA NONA - SUBCONTRATAÇÃO**

§1.º A subcontratação do objeto não é permitida, no entanto, permanecendo a responsabilidade técnica com a Contratada, os seguintes serviços poderão ser executados por empresas especializadas: serviços de funilaria, serralheria, vidraçaria, desentupimento de redes de esgoto, dentre outros não possíveis de serem executados pela equipe de profissionais contratados para execução do objeto do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

§1.º As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos da Secretaria de Município da Saúde, na dotação abaixo discriminada:

Solicitação de Compra nº 508/2025

Projeto atividade: 2031

Subelemento de despesa: 3.3.90.37.04

Recurso: 1600

Valor: \_\_\_\_\_

Nota de Empenho: \_\_\_\_/2025

Solicitação de Compra nº 511/2025

Projeto atividade: 2035

Subelemento de despesa: 3.3.90.37.04

Recurso: 1621

Valor: \_\_\_\_\_

Nota de Empenho: \_\_\_\_/2025

Solicitação de Compra nº 512/2025



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA**

Secretaria de Município de Planejamento  
Superintendência de Compras e Licitações



Projeto atividade: 2042  
Subelemento de despesa: 3.3.90.37.04  
Recurso: 1600  
Valor: \_\_\_\_  
Nota de Empenho: \_\_\_\_/2025

Solicitação de Compra nº 513/2025  
Projeto atividade: 2033  
Subelemento de despesa: 3.3.90.37.04  
Recurso: 1600  
Valor: \_\_\_\_  
Nota de Empenho: \_\_\_\_/2025

Solicitação de Compra nº 515/2025  
Projeto atividade: 2036  
Subelemento de despesa: 3.3.90.37.04  
Recurso: 1600  
Valor: \_\_\_\_  
Nota de Empenho: \_\_\_\_/2025

Solicitação de Compra nº 516/2025  
Projeto atividade: 2041  
Subelemento de despesa: 3.3.90.37.04  
Recurso: 1600  
Valor: \_\_\_\_  
Nota de Empenho: \_\_\_\_/2025

Solicitação de Compra nº 517/2025  
Projeto atividade: 2037  
Subelemento de despesa: 3.3.90.37.04  
Recurso: 2600  
Valor: \_\_\_\_  
Nota de Empenho: \_\_\_\_/2025

Solicitação de Compra nº 519/2025  
Projeto atividade: 2039  
Subelemento de despesa: 3.3.90.37.04  
Recurso: 1621  
Valor: \_\_\_\_  
Nota de Empenho: \_\_\_\_/2025

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MEDIÇÕES**

- §1.º Decorridos 30 (trinta) dias da emissão da Ordem de Serviço, será realizada a medição dos serviços executados e elaborado o Boletim de Medição, conforme modelo do Município.
- §2.º O Boletim de Medição deverá ser aprovado pela fiscalização técnica dos serviços.
- §3.º As horas correspondentes aos postos de trabalho deverão ser comprovadas através de contracheques, recibos ou documentos equivalentes.
- §4.º A mão de obra empregada na prestação de serviço será remunerada pelo valor mensal detalhado na Planilha de Custos e Formação de Preços (Parcela Fixa).

§5.º Os materiais empregados na prestação de serviço mensal serão remunerados pelo valor de compra de mercado, acrescidos de tributos e taxa de Administração, mediante prévia aprovação da fiscalização técnica quanto ao quantitativo, preço, especificação e detalhamento, conforme detalhado no Termo de Referência e na Planilha de Custos e Formação de Preços (Parcela variável).

§6.º Os serviços extraordinários solicitados e devidamente comprovados, serão remunerados conforme detalhado na Planilha de Custos e Formação de Preços (Parcela variável).

§7.º A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por meio da Planilha de Medição e Avaliação do Serviço - Instrumento e Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo V do Termo de Referência, elaborada pela fiscalização e gestão do contrato, onde poderão ser aplicados descontos no valor mensal dos serviços, de acordo com a pontuação obtida (serviços não realizados ou não aprovados por inconformidade aos padrões estabelecidos, desde que por motivos imputáveis à Contratada).

§8.º O procedimento de avaliação da qualidade dos serviços deverá ser de pleno conhecimento das partes, para o acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos, medição dos níveis de qualidade e correção de rumos.

§9.º A medição e o pagamento adotarão sistemática associada ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOCUMENTAÇÃO MENSAL QUE ACOMPANHA A NOTA FISCAL**

§1.º Compete ao Fiscal Administrativo do contrato reunir e conferir a documentação apresentada pela Contratada e, posteriormente, autorizar a emissão da Nota Fiscal.

§2.º A Contratada deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, os seguintes documentos:

- a) Relação de empregados que trabalharam na competência anterior ao período da medição, constando o nome e o cargos dos membros da equipe da Contratada.
- b) Cópia da folha de pagamento com cópia dos depósitos bancários dos empregados.
- c) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.
- d) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da Contratada.
- e) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), expedido pela Caixa Econômica Federal.
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.
- g) Recibo de entrega da DCTFWeb, referente à competência anterior ao período de medição/execução dos serviços relacionados na medição ou documento equivalente, com tomador o Município de Santa Maria e o comprovante de pagamento do FGTS.
- h) DARF de recolhimento da contribuição previdenciária, acompanhado do comprovante de pagamento, referente à competência anterior ao período de medição/execução dos serviços relacionados na medição ou documento equivalente.
- i) Em caso de rescisão contratual do empregado, apresentar o comprovante de todas as obrigações do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho.
- j) Relatório de consolidação da Planilha de Medição e Avaliação do Serviço referente ao mês de prestação dos serviços, assinado pelo preposto da empresa Contratada e pelo fiscal técnico.
- k) Relatório técnico dos serviços executados e peças substituídas referente ao mês de prestação dos serviços, emitido pela Contratada, mencionando a situação dos equipamentos, as ocorrências verificadas no período, assim como as

providências adotadas na execução dos serviços, contendo inclusive, a relação das peças substituídas e a rotina de trabalho empregado (manutenção preventiva e corretiva), assinado pelo preposto da empresa Contratada e pelo fiscal técnico.

§3.º A ausência da documentação pertinente, mencionada no item anterior ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS, no prazo estabelecido, representam descumprimento contratual e podem gerar penalidades de inexecução contratual e até mesmo a rescisão contratual.

§4.º Deverá constar obrigatoriamente na Nota Fiscal, o número do contrato.

§5.º O Fiscal Administrativo do contrato, poderá solicitar documentos complementares, legais e pertinentes, a fim de proporcionar embasamento para as análises que se fizerem necessárias, além das já previstas no contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PAGAMENTO**

§1.º O pagamento será efetuado mensalmente em 30 (trinta) dias, contados do protocolo da Nota Fiscal junto ao Fiscal Administrativo do contrato. Para tanto, em até 10 (dez) dias do seu recebimento, a referida fatura deverá ser encaminhada à Secretaria de Município da Fazenda, acompanhada de relatório dos serviços prestados, devidamente conferido pela fiscalização, aceito e atestado pelo Gestor do contrato e da documentação necessária para o pagamento, devidamente visada e aceita pelo Fiscal Administrativo do contrato.

§2.º O prazo de pagamento será contado da data de recebimento da documentação pelo Fiscal Administrativo do contrato, desde que os documentos estejam corretos.

§3.º Os pagamentos serão concretizados em moeda vigente do país.

§4.º O pagamento será creditado em conta corrente da empresa, através de Ordem Bancária contra qualquer instituição bancária indicada, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

§5.º Não haverá antecipações de pagamentos devidos.

§6.º O pagamento somente será liberado após o recolhimento de eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual.

§7.º No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

§8.º Não é permitido reter o pagamento à Contratada por ausência de certidões ou irregularidades fiscais durante a execução do contrato, sendo que estas ausências ou irregularidades representam descumprimento contratual e podem gerar penalidades de inexecução contratual e até mesmo a rescisão contratual.

§9.º A liberação do saldo da conta vinculada à Contratada, somente ocorrerá depois de comprovada a execução completa do contrato e a quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

§10.º No caso de inadimplemento do Contratante, será utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

§1.º No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante, contado da assinatura do contrato, será recolhida ao Fiscal Administrativo do contrato, a Caução de Garantia da Execução, no valor de **R\$ \_\_\_\_\_** (\_\_\_\_\_), correspondendo a 5% (cinco por cento) do valor do contrato e que responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e também por todas as multas que forem impostas à Contratada.

§2.º A caução de execução poderá ser recolhida da seguinte forma:

a) Em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

b) Em seguro garantia.

c) Em fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

d) Em título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

#### **Dinheiro ou títulos da dívida pública**

§3.º A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

§4.º Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

#### **Fiança bancária**

§5.º No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, a mesma deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do Art. 827 do Código Civil.

§6.º A carta de fiança bancária será, obrigatoriamente, apresentada em original e o respectivo prazo de validade deverá ser de, no mínimo, 03 (três) meses superior ao prazo de execução contratado.

#### **Seguro garantia**

§7.º A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos, observada a legislação que rege a matéria.

§8.º O seguro garantia será, obrigatoriamente, apresentado em original e o respectivo prazo de validade deverá ser de, no mínimo, 03 (três) meses superior ao prazo de execução contratado.

§9.º A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

§10.º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

§11.º Será permitida a substituição da apólice do seguro garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

§12.º Ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice do seguro garantia, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora da vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do Art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

#### **Disposições gerais**

§13.º A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e

c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

§14.º No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

§15.º Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo estabelecido.

§16.º O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

§17.º O emitente da garantia ofertada pela Contratada deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

§18.º Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

§19.º A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

§20.º O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

§21.º A Contratada autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

§1.º Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

§2.º As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de Termo Aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do Aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês.

§3.º Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de Termo Aditivo, na forma do Art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

§4.º Nas alterações contratuais unilaterais, a Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços.

§5.º As alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação.

§6.º A formação do preço dos Aditivos contratuais contará com orçamento específico, detalhado em planilhas elaboradas pela fiscalização técnica, na forma prevista na legislação, observado o desconto ofertado pela Contratada.

§7.º A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor da Contratada em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

§8.º Nas alterações contratuais para supressão de serviços, se a Contratada já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

§9.º Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos da Contratada, a Administração deverá restabelecer, no mesmo Aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO POR REPACTUAÇÃO E REAJUSTE**

### **Repactuação da mão de obra**

§1.º Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela Contratada e observado o interregno mínimo de 01 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no contrato será repactuado.

§2.º Para repactuação do contrato, a Contratada deverá justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação do Contratante, na forma instituída na IN SEGES nº 05/2017.

§3.º Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas das categorias envolvidas na contratação.

§4.º O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação da mão de obra vinculada à data-base da categoria profissional será contado a partir dos efeitos financeiros do Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato.

§5.º Nas repactuações subsequentes, o interregno de 01 (um) ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação.

§6.º Entende-se como última repactuação, a data em que iniciam seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que foi celebrada ou apostilada.

§7.º O prazo para a Contratada solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

§8.º Caso a Contratada não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

§9.º Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

§10.º É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

§11.º O Contratante não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa Contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

§12.º Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

a) A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação.

b) Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras.

§13.º Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.



§14.º As repactuações serão formalizadas por aditamento ao contrato.

§15.º A Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES nº 05/2017.

**Reajuste para os demais itens do contrato (valor estimado de materiais e de horas extras, EPIs, uniformes, equipamentos, ferramentas, veículo, etc.)**

§16.º Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado (16.06.2025).

§17.º Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

§18.º Nos reajustes subsequentes, o interregno de 01 (um) ano será computado do último reajuste correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação.

§19.º No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará a Contratada, a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

§20.º Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

§21.º Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

§22.º O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO POR REVISÃO DE PREÇOS**

§1.º O equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato poderá ser restabelecido, com as devidas justificativas e por acordo entre as partes, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado.

§2.º Ao receber o protocolo do pedido de reequilíbrio de preços, a fiscalização técnica, em até 20 (vinte) dias corridos, realizará análise e parecer quanto à viabilidade do solicitado.

§3.º Ao concluir a análise da solicitação, a fiscalização técnica deverá informar à Contratada, e esta deverá manifestar-se em até 05 (cinco) dias corridos.

§4.º Após análise e concordância ou não pela Contratada, a fiscalização técnica informará o Gestor do Contrato, o qual deverá manifestar-se no prazo de até 05 (cinco) dias corridos.

§5.º Havendo o deferimento do pedido do reequilíbrio econômico-financeiro, o Gestor do Contrato encaminhará pedido de Aditivo para a Secretaria de Município de Planejamento e Administração.

§6.º O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato.

§7.º A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme Parágrafo Único do Art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- §1.º Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada.
- §2.º Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos.
- §3.º Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas.
- §4.º Previamente à expedição da Ordem de Serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.
- §5.º Fornecer, por escrito, as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- §6.º Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas aplicando-se os devidos fatores de desconto, conforme Planilha de Medição e Avaliação do Serviço dos serviços prestados.
- §7.º Efetuar o pagamento à Contratada, do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato.
- §8.º Comunicar à Contratada para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o Art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- §9.º Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- §10.º Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- §11.º Adotar medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada.
- §12.º Aplicar à Contratada, as sanções previstas na lei e neste contrato.
- §13.º Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- §14.º Explicitamente, emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, decidindo, no prazo de 03 (três) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- §15.º Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo e condições estabelecidas.
- §16.º Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- §17.º Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- §18.º Destinar local para guarda dos materiais e equipamentos da Contratada.
- §19.º Efetuar periodicamente a programação dos serviços a serem executados pela Contratada.
- §20.º Fornecer à Contratada, o "Formulário de Ocorrências para Manutenção", conforme Anexo I.

§21.º Receber da Contratada as comunicações registradas nos “Formulários de Ocorrências para Manutenção” devidamente preenchidos e assinados, encaminhando-os aos setores competentes para as providências cabíveis.

§22.º Elaborar e distribuir manuais de procedimentos para ocorrências relativas ao descarte de materiais potencialmente poluidores, a serem observados tanto pelo Gestor do contrato como pela Contratada.

§23.º Indicar, formalmente, o Gestor e fiscais para acompanhamento da execução contratual.

§24.º Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes de cada pagamento.

§25.º Consultar periodicamente a regularidade da Contratada perante a Justiça do Trabalho.

§26.º Fiscalizar mensalmente o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para o FGTS, especialmente.

§27.º Fiscalizar a concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido.

§28.º Fiscalizar o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato

§29.º Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

a) Exercer poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados.

b) Direcionar a contratação de pessoa para trabalhar na empresa contratada.

c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.

d) Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

§30.º Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

§31.º Arquivar, entre outros documentos, contratos e aditamentos, Planilhas de Medição e Avaliação dos Serviços e notificações expedidas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

### **Disposições Gerais**

§1.º A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

§2.º A Contratada responsabilizar-se-á integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos os danos causados a terceiros, a integrantes da Administração e a empregados ou preposto seus, bem como, por todos e quaisquer danos pelos mesmos sofridos em razão de ação ou omissão sua, na prestação dos serviços, garantindo ao Município direito regressivo por tudo o que acaso tenha que dispende em sendo isolada ou solidariamente responsabilizado, incluindo honorários periciais, advocatícios e custas processuais.

§3.º A Contratada responsabilizar-se-á ainda, isolada e exclusivamente:

a) por todos os encargos trabalhistas, fundiários e previdenciários, cíveis e criminais decorrentes dos contratos de trabalho e/ou cíveis que firmar para a consecução dos serviços, assim como pelo estrito respeito às normas de saúde, higiene e segurança.

b) por despesas e providências necessárias à inscrição do serviço junto aos órgãos e repartições competentes, pagamento do seguro de responsabilidade civil e pagamento das multas eventualmente aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, em consequência do fato imputado à Contratada e/ou ao seu respectivo pessoal.

c) pela manutenção de seguro de acidente de trabalho de todos os empregados em serviço.

d) por quaisquer acidentes no trabalho de execução dos serviços contratados, por uso das patentes registradas, por danos resultantes de caso de fortuito ou força maior, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros, por fatos oriundos dos serviços contratados, mesmo que ocorridos na via pública.

e) por assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato.

§4.º A Contratada deve manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação.

§5.º A Contratada deve atender às determinações regulares emitidas pela fiscalização e prestar todo esclarecimento ou informação por ela solicitada.

§6.º A Contratada deve prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.

§7.º A Contratada deve efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

§8.º A Contratada deve conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos poderes públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

§9.º A Contratada deve executar o serviço atendendo as disponibilidades legais aplicáveis à espécie, as normas da ABNT, e as diretrizes e preceitos emergentes do Conselho Profissional competente.

§10.º A Contratada deve submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações.

§11.º A Contratada deve realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos.

§12.º A Contratada deve respeitar as propriedades circunvizinhas ao empreendimento, de tal sorte que não sofram qualquer dano em razão do mesmo.

§13.º A Contratada deve cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

§14.º A Contratada deve guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

§15.º A Contratada deve adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

§16.º O transporte dos empregados, materiais, equipamentos e ferramentas até o local da prestação dos serviços ficará a cargo da Contratada, em veículo apropriado, sendo de sua responsabilidade a manutenção e os custos de operação deste veículo.

§17.º A Contratada deverá providenciar a sinalização no local dos serviços, fornecendo, distribuindo e mantendo todo o material necessário para tanto.

§18.º A Contratada deve remover o entulho e os materiais não utilizados na execução dos serviços, durante toda sua execução, mantendo limpas as instalações e o canteiro de serviços.

§19.º A Contratada deve declarar, se ocorrer, a superveniência de fatos impeditivos à continuidade da contratação.

§20.º A Contratada deve informar ao Contratante, se ocorrer, a superveniência de declaração de inidoneidade emitida pela Administração Pública.

#### **Vícios, defeitos ou incorreções**

§21.º A Contratada deve reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela fiscalização, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

§22.º A Contratada deve executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários nos serviços de sua responsabilidade ou pagar, em dobro, o custo desses reparos, se o Contratante os fizer, independente das penalidades cabíveis.

§23.º A Contratada deve responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406, de 2002), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, o valor correspondente aos danos sofridos.

§24.º A Contratada deve realizar teste de todos os equipamentos e instalações, de sorte que se mantenham em perfeito estado de funcionamento.

§25.º A Contratada deve paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica.

#### **Materiais, ferramentas e equipamentos**

§26.º A Contratada deverá fornecer e transportar todos os materiais, equipamentos e ferramentas necessários à execução dos serviços.

§27.º Todos os materiais a serem empregados deverão ser previamente aprovados pela fiscalização do Município.

§28.º A Contratada deverá manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas.

§29.º A Contratada deverá identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade.

§30.º Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar acidentes e danos na rede elétrica.

#### **Segurança e Medicina do trabalho**

§31.º A Contratada deve obedecer às normas de segurança e higiene no trabalho e fornecer todo o equipamento de proteção individual - EPI, inclusive uniforme, e de todo o equipamento de proteção coletiva - EPC, necessários ao pessoal e utilizados na prestação dos serviços.

§32.º Deve paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

§33.º A Contratada deverá instruir seus empregados quanto ao cumprimento das Normas Internas de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas do Contratante.



§34.º A Contratada deverá providenciar a realização dos exames médicos ocupacionais (admissionais, periódicos, demissionais, etc.).

§35.º A Contratada deverá fornecer cópia dos Programas:

- a) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA.
- b) Programa de Controle médico de saúde Ocupacional - PCMSO.
- c) Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT.
- d) Relação dos profissionais que compõem o Serviço Especializado de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT.

§36.º A Contratada deverá fornecer, na presença do Gestor do contrato, no início da prestação dos serviços, e, após essa data, a cada 12 (doze) meses, uniforme completo (novo) a todos os profissionais.

§37.º A Contratada deverá prover seus empregados com equipamentos de proteção individual - EPI's, com respectivo CA (Certificado de Aprovação) atualizado, conforme a exigência de cada função, mantendo ficha de controle de fornecimento de EPI, bem como realizar o treinamento quanto ao seu correto uso.

§38.º Todos os calçados deverão ser em couro maleável e de boa qualidade, não sintético.

§39.º Caso exista algum empregado que, por determinação médica, não possa calçar calçado fechado, o mesmo deverá ser substituído por sandália em couro maleável puro.

§40.º Poderão ser solicitados outros EPI's que se fizerem necessários, de acordo com a natureza dos serviços em execução, sem ônus para o Contratante.

§41.º Deverá ser comunicado à fiscalização do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

§42.º A Contratada deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, com a obrigação de realizar seguro contra acidentes de trabalho.

#### **Mão de Obra**

§43.º A Contratada não deve contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou dos fiscais ou Gestor do Contrato.

§44.º Deve manter, na direção do serviço, o profissional habilitado como responsável técnico que firmou a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART ou documento equivalente) pelo mesmo, na forma de legislação vigente.

§45.º Deve alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação.

§46.º Os empregados da Contratada, designados para execução dos serviços deverão atender entre outros, aos seguintes requisitos:

- a) Ter qualificação para o exercício das atividades que lhe forem determinadas.
- b) Ser pontual e assíduo ao trabalho, e ter bons princípios de urbanidade.
- c) Acatar as ordens e instruções emanadas do Encarregado ou Preposto.
- d) Pertencer ao quadro de empregados da Contratada.

§47.º Deve atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.



§48.º A Contratada deve substituir, no prazo de 02 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço do Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao fiscal técnico do contrato.

§49.º Deve instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido.

§50.º O pessoal da Contratada não poderá executar, na área de jurisdição do Contratante, sob qualquer título, serviços de qualquer natureza para terceiros.

§51.º Não será permitida a permanência de parentes ou amigos de empregados nas dependências do Contratante.

§52.º Não deve permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

§53.º A Contratada deve cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (Art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021).

§54.º A Contratada deve comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (Art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 2021).

§55.º A Contratada deve observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

§56.º A Contratada deve responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

§57.º A Contratada deve apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

§58.º A Contratada deve apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá.

§59.º A Contratada deve manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

§60.º A Contratada deverá exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados.

§61.º A Contratada deve instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

§62.º A Contratada deve efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na cidade de Santa Maria-RS ou em um raio máximo de 12 km da cidade de Santa Maria-RS em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do Contratante.

§63.º A Contratada deve apresentar, quando solicitado, os comprovantes de pagamentos de benefícios e encargos.

§64.º Efetuar o planejamento das férias de seus empregados conforme IN SEGES/MGI nº 213/2025, entregando, até outubro de cada ano, o Plano Anual de Férias de seus funcionários e realizando, obrigatoriamente, atualizações semestrais, sempre que houver mudanças.

§65.º A Contratada deverá manter instalações adequadas à execução do contrato com escritório na cidade de Santa Maria - RS, ou em um raio máximo de até 12 km, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

§66.º Tendo em vista as atividades administrativas de recrutamento, seleção, contratação e operacionalização dos serviços, o escritório sede da Contratada deverá ter atendimento externo, no horário das 08h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta-feira, exceto em feriados.

§67.º A Contratada deverá instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

- a) Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- b) Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- c) Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado.

§68.º Ainda, a Contratada deverá:

- a) Autorizar a retenção, a qualquer tempo, da garantia da execução do contrato pelo Contratante.
- b) Manter número de empregados compatível com a quantidade e qualidade dos serviços a serem prestados.
- c) Fixar o domicílio bancário dos empregados no município de Santa Maria-RS.
- d) Autorizar a abertura de conta vinculada ao contrato de prestação de serviços, na qual serão feitas as provisões para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores.
- e) Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização.
- f) Estar ciente de que nas contratações de serviços com prestação de mão de obra, caracteriza como falta grave o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio-alimentação, podendo dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, nos termos do Art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- g) Cumprir todas as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.
- h) Promover a erradicação do trabalho análogo ao de escravo e do trabalho infantil, de modo a: não submeter trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados; não utilizar qualquer trabalho realizado por menor de 16 (dezesesseis) anos de idade, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos de idade, observada a legislação pertinente; e não submeter o menor de 18 (dezoito) anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil.
- i) Promover a recepção e o tratamento de denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.
- j) Ser responsável solidariamente por atos e omissões de eventual empresa subcontratada que resulte em descumprimento da legislação trabalhista.

k) Assegurar aos trabalhadores, a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço.

l) Desde que compatível com a natureza dos serviços, possibilitar a compensação de jornada de trabalho, nas hipóteses de: diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho, inclusive em razão de recesso de final de ano, quando houver; e necessidade eventual de caráter pessoal de trabalhador em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhador substituto.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **Disposições gerais**

§1.º Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato.
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) Der causa à inexecução total do contrato.
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- e) Apresentar declaração falsa durante a execução do contrato.
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h) Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§2.º Tipos de sanções que poderão ser aplicadas à Contratada:

- a) Advertência.
- b) Multa.
- c) Impedimento de licitar e contratar.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

§3.º Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto.
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante.
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de Programa de Integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§4.º Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

§5.º A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

§6.º Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão

apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

§7.º A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

§8.º É admitida a reabilitação da Contratada perante a Administração Municipal, exigidos, cumulativamente:

a) Reparação integral do dano causado.

b) Pagamento de multa.

c) Transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade.

d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo.

e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos no Art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

§9.º A sanção pelas infrações de apresentação de declaração falsa durante a execução do contrato ou de prática de ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013, exigirá, como condição de reabilitação da Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de Programa de Integridade pelo responsável.

§10.º É necessário estar ciente de que, nas contratações de prestação de serviço dedicação exclusiva da mão de obra, caracteriza como falta grave o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio-alimentação, podendo dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com o Município, nos termos do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

#### **Advertência**

§11.º Será aplicada a sanção de Advertência, exclusivamente, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§12.º É facultada a defesa da Contratada no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

#### **Multa**

§13.º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas no contrato.

§14.º É facultada a defesa da Contratada no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§15.º Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo estabelecido, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

§16.º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§17.º Os débitos da Contratada para com o Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA

Secretaria de Município de Planejamento  
Superintendência de Compras e Licitações



§18.º A Contratada estará sujeita a multa de mora, decorrente de atraso no cumprimento do contrato, quando especificado prazo de execução para determinada tarefa.

§19.º A multa de mora será de 0,1% por dia, sobre o valor mensal do contrato, limitada a incidência a 15 (quinze) dias.

§20.º Após o 15º dia, no caso de inexecução ou execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, descumprimento de obrigações contratuais, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

§21.º A multa de mora passará a ser multa compensatória quando ocorrer o atraso prolongado ou reiterado, sendo considerado, neste caso, descumprimento de obrigações contratuais.

§22.º A Contratada estará sujeita a multa sancionatória decorrente do descumprimento de cláusulas contratuais.

a) Multa sancionatória de 0,2% a 3,0% por dia, sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento de infrações constante na tabela abaixo:

ITEM	INFRAÇÃO	MULTA
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	3,0% ao dia, sobre o valor mensal do contrato.
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	1,6% ao dia, sobre o valor mensal do contrato.
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	0,8% ao dia, sobre o valor mensal do contrato.
4	Retirar funcionários ou encarregado do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do Contratante, por empregado e por dia.	0,8% ao dia, sobre o valor mensal do contrato.
5	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do contrato ou Termo de Referência previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	0,8% ao dia, sobre o valor mensal do contrato.
6	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	0,4% ao dia, sobre o valor mensal do contrato.
7	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	0,4% ao dia, sobre o valor mensal do contrato.
8	Indicar e não manter durante a execução do contrato o preposto previstos no contrato.	0,4% ao dia, sobre o valor mensal do contrato.
9	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia.	0,2% ao dia, sobre o valor mensal do contrato.
10	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	0,2% ao dia, sobre o valor mensal do contrato.
11	Deixar de providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada.	0,2% ao dia, sobre o valor mensal do contrato.
12	Atraso na apresentação da garantia (apresentação inicial, reforço ou prorrogação do contrato). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o Contratante a promover a rescisão do contrato.	0,07% ao dia, sobre o valor do contrato, observado o máximo de 1,75%.

b) Multa sancionatória de 2% a 30%, sobre o valor anual do contrato, conforme detalhamento de infrações constante na tabela abaixo:



ITEM	INFRAÇÃO	MULTA
1	Quando der causa à inexecução parcial do contrato	Multa sancionatória de 2% a 5%.
2	Quando der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou deixar de cumprir cláusulas contratuais.	Multa sancionatória de 10% a 30%.
3	Quando der causa à inexecução total do contrato ou ensejar o retardamento da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.	Multa sancionatória de 10% a 30%.
4	Quando apresentar declaração falsa durante a execução do contrato.	Multa sancionatória de 20% a 30%.
5	Quando praticar ato fraudulento na execução do contrato.	Multa sancionatória de 20% a 30%.
6	Quando comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	Multa sancionatória de 20% a 30%.
7	Quando praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846/2013.	Multa sancionatória de 20% a 30%.

**Impedimento de licitar e contratar**

§23.º A sanção “Impedimento de licitar e contratar” impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta municipal, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

§24.º A aplicação da sanção “Impedimento de licitar e contratar” requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§25.º Aplicada a sanção de “Impedimento de licitar e contratar”, no prazo máximo 15 dias úteis, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**

§26.º A sanção “Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar” impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

§27.º A aplicação da sanção “Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar” requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir e será precedida de análise jurídica.

§28.º Aplicada a sanção de “Impedimento de licitar e contratar”, no prazo máximo 15 dias úteis, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - RECEBIMENTO DO CONTRATO**

§1.º O objeto do contrato será recebido:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, assinado pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.



b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais.

§2.º O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

§3.º O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§4.º Salvo disposição em contrário, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato, exigidos por normas técnicas oficiais, correrão por conta da Contratada.

§5.º O prazo para o recebimento definitivo do contrato, não poderá ser superior a 90 (noventa) dias após a emissão do Termo de Recebimento Provisório do objeto, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

§6.º Deverá ser encaminhada cópia do Termo de Recebimento Provisório e do Termo de Recebimento Definitivo para o Setor de Contratos da Secretaria de Município de Planejamento e Administração, em até 05 (cinco) dias da data de sua emissão.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - EXTINÇÃO DO CONTRATO**

§1.º O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

§2.º O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no Art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Nesta hipótese, aplicam-se também os Art. 138 e 139 da mesma Lei.

b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

§3.º O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos, relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e indenizações e multas.

§4.º A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (Art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

§5.º O contrato será extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (Art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

§1.º As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

§2.º Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º da LGPD.

§3.º É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

§4.º Terminado o tratamento dos dados que envolvam o presente contrato, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16 da LGPD, somente enquanto não prescritas essas obrigações.

§5.º É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, a fim de minimizar os riscos causados pelo tratamento de dados.

§6.º A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratadas o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância. Copiar para cláusula de subcontratação?

§7.º O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

§8.º A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

§9.º Bancos de dados formados a partir de compartilhamentos de dados desta administração pública com a contratada deverão ser tratados de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, mantendo-os em ambiente controlado, com a observância das medidas técnicas e administrativas necessárias para o seu cumprimento.

§10.º O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

§11.º A violação a quaisquer dos dispositivos contratuais acima trazidos, pode acarretar a responsabilização da Contratada, nos termos da Lei 13.709/18 e também a rescisão do presente contrato, ante a necessidade da administração pública cumprir com o princípio da legalidade, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - PUBLICAÇÃO**

§1.º Incumbirá ao Contratante divulgar o presente contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma prevista no Art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao Art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao Art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c Art. 7º, §3º, inc. V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS**

§1.º Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FORO**

§1.º Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Maria-RS, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme Art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Santa Maria-RS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Rodrigo Decimo  
**Contratante**

Representante legal  
**Contratada**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA**

Secretaria de Município de Planejamento  
Superintendência de Compras e Licitações

**ANEXO II****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2025****MODELO DE CARTA PROPOSTA**

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa Proposta de Preços para a execução dos serviços de que trata a **Pregão Eletrônico nº 49/2025**, conforme especificação constante no Edital e seus Anexos.

Declaramos que conhecemos os termos desta licitação e seus anexos e que, se vencedora, executaremos os serviços ora propostos pelos preços a seguir, já incluídos todos os custos, impostos e encargos diretos e indiretos, taxas, fretes, bem, ainda, deduzidos todos os descontos por nós concedidos, compreendendo, inclusive, a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Declaramos que estamos cientes e concordamos com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que cumprimos plenamente os requisitos definidos no referido documento e que a nossa proposta foi elaborada de maneira independente.

Declaramos que nossa empresa está regulamentemente filiada ao Sindicato \_\_\_\_\_, conforme Carta de Registro Sindical anexa, e é integralmente responsável pela veracidade das informações prestadas quanto ao seu regular enquadramento sindical, por eventuais erros ou fraudes pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, aplicando-se às sanções previstas no Art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021 em caso de irregularidades.

E assim sendo, o valor total da nossa proposta é de **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), sendo **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_) referente à mão de obra, **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_) referente a materiais (estimativo) e **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_) referente aos serviços extraordinários (estimativo).

Quant.	Unid.	Descrição		Valor Total Mensal	Valor para a totalidade do contrato (12 meses)
1	SV	Prestação de serviços especializados, contínuos e comuns de Engenharia de manutenção predial, corretiva e preventiva, para os imóveis próprios e locados, sob responsabilidade da Secretaria de Município da Saúde, com fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos, conforme endereços e especificações detalhados no Termo de Referência.	Mão de obra (Parcela fixa)		
			Materiais (Parcela variável)		
			Serviços Extraordinários (Parcela variável)		
Valor total					

O prazo de validade da proposta é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias.

Os dados da nossa empresa são:

- a) Razão Social: \_\_\_\_\_  
b) CNPJ nº: \_\_\_\_\_

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA**

Secretaria de Município de Planejamento  
Superintendência de Compras e Licitações



- c) Endereço: \_\_\_\_\_
- d) CEP: \_\_\_\_\_
- e) Cidade-Estado: \_\_\_\_\_
- f) Telefone: \_\_\_\_\_
- g) E-mail institucional oficial: \_\_\_\_\_
- h) Representante que firmará a Ata de RP: \_\_\_\_\_

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura  
(Representante legal)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA**

Secretaria de Município de Planejamento  
Superintendência de Compras e Licitações

**ANEXO III****PREGÃO ELETRÔNICO N° 49/2025****DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n° \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_, declara que que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada e vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do último exercício social, possuindo os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Endereço completo dos órgãos/empresas	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato (considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado)
Valor total dos Contratos			

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura  
(Representante legal)

Observação 01: A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social.

Observação 02: Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

**ANEXO IV**

**PREGÃO ELETRÔNICO N° 49/2025**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO**

**MODELO ANEXO IV-A (LICITANTE REALIZOU A VISITA TÉCNICA)**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n° \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal (ou responsável técnico), o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_, declara que através de visita aos locais dos serviços, tomou conhecimento de todas as informações, características, complexidades físicas e tecnológicas e condições para elaboração de sua proposta e para a execução do objeto desta licitação.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura  
(Representante legal ou Responsável Técnico)

**MODELO ANEXO IV-B (LICITANTE NÃO REALIZOU A VISITA TÉCNICA)**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n° \_\_\_\_\_, por intermédio de seu responsável técnico, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_, declara que tomou conhecimento de todas as informações, características, complexidades físicas e tecnológicas e condições para elaboração de sua proposta e para a execução do objeto desta licitação, restando como de sua responsabilidade a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de não verificação dos locais da execução do objeto.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura  
(Responsável Técnico)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA**

Secretaria de Município de Planejamento  
Superintendência de Compras e Licitações



**ANEXO V**

**PREGÃO ELETRÔNICO N° 49/2025**

**1 - TERMO DE REFERÊNCIA**

**2 - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS** (Adotar como modelo para apresentação de sua proposta)